

GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO:

A dimensão racial do território na América Latina

Gabriel Rodrigues da Cunha (CAU UNILA)

RESUMO GERAL

*“Não adianta querer, tem que ser, tem que pá
O mundo é diferente da ponte pra cá
Não adianta querer ser, tem que ter pra trocar
O mundo é diferente da ponte pra cá”*

(Da Ponte pra cá. Racionais MCs. 2008)

*“se deixou de entender o povo, já era! (...)
se não sabe, volta para a base e vai procurar saber!”.*

(Mano Brown, comício da campanha do PT no RJ, out. 2018).

A presente sessão livre traz a reflexão em torno da geopolítica do conhecimento e da colonialidade territorial. Partimos da compreensão estabelecida pela teoria decolonial, especialmente de Enrique Dussel e Walter D Mignolo, no livro *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*, de Edgardo Lander (2005), do vínculo estrutural entre modernidade e colonialidade – esta última não se restringindo ao período do colonialismo e persistindo no presente de nossas culturas e forma de pensar latino-americanas. A sessão se filia à demanda por uma descolonização epistemológica que combata o universalismo e o a-historicismo do eurocentrismo e da modernidade-colonialidade que incidem no território: a colonialidade territorial impacta as formas de conceber, produzir e pensar a cidade e o território latino-americano; é branca e eurocêntrica, impondo-se e invisibilizando outras formas de produção do espaço, sobretudo negra e indígena; e informa um padrão de distinção pautado pelas dualidades: o humano e o não humano, o branco e o não branco, o visível e o invisível. Da mesma maneira, no campo epistemológico, a modernidade-colonialidade borra outras visões de mundo.

Nosso itinerário de palestras se inicia com a apresentação de Leo Name (UNILA) e Marcos Britto (UNILA) que definem, em linhas gerais, de que maneira a colonialidade territorial e a geopolítica do conhecimento se inter-relacionam. Os autores seguem a epistemologia do arquiteto cubano Yasser Farrés Delgado na qual delinea a “colonialidade territorial” como um conjunto de discursos e práticas pelo qual se impõe formas de produzir e conceber territórios. Trata-se de um debate epistemológico fundamental para a

compreensão da estrutura da colonialidade do saber e como ela opera no pensamento ocidental, naturalizando o racismo territorial.

Em seguida, a palestra de Estela Ramos (UNIME/LF) pretende evidenciar a produção do espaço pelas apropriações e criações que compõem territórios e bairros negros em Salvador, na Bahia – a cidade com a maior população negra do Brasil. Sua contribuição é tornar visível, por um lado, a constituição de partes inteiras desta cidade, excluídas e invisíveis pelo racismo introjetado nos estudos urbanos. Por outro, esquadrihar as particularidades que as diferem dos demais territórios.

Na sequência, a palestra de Andréia Moassab (UNILA) e Joice Berth (CMSP) resgata a questão do racismo territorial sob uma perspectiva histórica, salientando o epistemicídio que produz e reproduz. Elas esclarecem que, pelo menos desde o século XIX, o urbanismo tem marginalizado populações estigmatizadas, colaborando para aprofundar a segregação espacial – que no subcontinente latino-americano é fundamentalmente racial. Para enfrentar esta questão, sugerem reconectar raça, classe e gênero como categorias que incidem simultânea e indissociadamente no processo de exclusão territorial.

Complementando esta análise histórica das relações de dominação territorial e de invisibilização de práticas periféricas – porque não brancas –, Rodrigo Nogueira (UFOP) retrocede ao período colonial da Serra de Ouro Preto, Minas Gerais, para encontrar elementos constitutivos das práticas arquitetônicas e urbanísticas dos povos africanos escravizados. Seus remanescentes permanecem invisibilizados, mas revivem na autoconstrução de Ouro Preto – a qual ele denomina espaços do “não risco” (sem o traço de desenho técnico arquitetônico e urbanístico dos profissionais brancos). As mesmas comunidades vulnerabilizadas, lá e em outros locais do Brasil, contudo convivem com os riscos socioambientais – por exemplo, em áreas de encostas onde moram. E o que ao epistemicídio resistiu das práticas e saberes construtivos tradicionais, diz-nos Nogueira, ironicamente é o ponto de partida para a solução ou enfrentamento dos riscos de ocupar estas áreas.

Finalizamos nosso percurso debatendo, com Gabriel Cunha (UNILA), duas experiências de assessoria técnica ocorridas entre 2015 e 2017 numa parceria com o professor Tiago Bastos (Unila), entre o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unila e comunidades negras na tríplice fronteira (Foz do Iguaçu/Brasil, Ciudad del Este/Paraguai e Puerto Iguaçu/Argentina): uma comunidade quilombola e um terreiro de umbanda. Mais uma vez o que se notou foi o não reconhecimento, por parte dos órgãos públicos de planejamento e financiamento, das práticas socioespaciais destas comunidades; e a invisibilidade das demandas socioespaciais destas áreas, promovendo a não existência e o não reconhecimento da diversidade – ou do pluriverso, nos termos de Arturo Escobar – são manifestação de racismo. Tem-se assim desafios aos horizontes das práticas de assessoria técnica no Brasil, ainda se necessitando incorporar o componente racial como operante a conduzir, com mais sensibilidade, os trabalhos técnicos.

Este conjunto de palestras objetiva tornar visíveis duas dimensões relacionadas: o racismo presente no urbanismo, no território e na cidade, e as práticas socioespaciais invisibilizadas por ele. Espera-se, ajudar a enfrentar a colonialidade do saber acadêmico e

urbanístico que ainda concorre para que não compreendamos, plenamente, o mundo “da ponte para lá”.

GEPOLÍTICA DO CONHECIMENTO E COLONIALIDADE TERRITORIAL

Leo Name (CAU UNILA)

Marcos Britto (CAU UNILA)

O filósofo decolonial Walter D. Mignolo, argentino, denuncia o que chama “geopolítica do conhecimento”: os modos de conceber, produzir e transmitir saberes na modernidade-colonialidade que alçam a produção científica de base racionalista a conhecimento neutro e universal – mas em verdade eurocêntrico e dependente da expropriação e do apagamento de outros saberes. Seguindo a epistemologia decolonial, o arquiteto cubano Yasser Farrés Delgado delinea a “colonialidade territorial” – conjunto de discursos e práticas pelo qual se impõe formas de produzir e conceber territórios. Tendo como base estas noções, debateremos a universalização de noções ocidentais de território, cidade e arquitetura, padrões de vida urbanos, tipologias, linguagens e morfologias da arquitetura e da cidade ocidentais; e, em última instância, do urbanismo neoliberal branco-burguês.

Na América Latina, esta situação produz o eclipsamento dos saberes e concepções de matrizes indígena e africana. A última é pouco trabalhada nos escritos decoloniais que, conduzidos principalmente por intelectuais de países de colonização espanhola, centram atenção na questão indígena. Sendo assim, encerraremos a apresentação convocando pesquisadoras e pesquisadores do Brasil a cumprir a urgente tarefa de analisar a relação entre a geopolítica do conhecimento, a colonialidade territorial e a dívida histórica da escravidão de povos africanos em nosso país.

BAIRROS NEGROS: entre colonialidade e decolonialidade

Maria Estela Rocha Ramos Penha (UNIME/LF)

Permeando as áreas de concentração de populações negras nas cidades, pautamos por evidenciar a produção de espaço pelas apropriações urbanas ou criação de espaços que compõem territórios e bairros negros – nossa temática de pesquisa na cidade de Salvador-Bahia. Neste trabalho, por um lado pretende-se abordar respectivos silenciamentos e invisibilidades destas áreas nos estudos urbanos como parte da colonialidade do poder, buscando argumentos em textos com base em Aníbal Quijano e Walter Mignolo. Por outro lado, na decolonialidade, ponderando a perspectiva negra de Ramón Grosfoguel, considera-se a produção do conhecimento no âmbito da diáspora africana, tomando bairros negros como partes da cidade que foram constituídas a partir de cosmovisões e experiências em novas realidades geopolíticas, para além (e não só) do que é codificado pela colonialidade, contribuindo, nestas acepções particulares, para a construção da América Latina.

AS MARCAS URBANAS DA VIOLÊNCIA COLONIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Andréia Moassab (CAU UNILA/PPGPPD UNILA)

Joice Berth (CMSP)

A raça, embora seja conceito biologicamente superado, continua a operar como critério de classificação dos sujeitos e a estruturar a distribuição do poder no sistema capitalista. Sob essa ótica, o racismo arraigado nas estruturas sociais, inclusive, da produção de conhecimento é determinante na história das cidades. Produzida pela intelectualidade branca e predominantemente masculina, a história das cidades e de seus processos urbanos tem invisibilizado a participação negra e indígena na construção das cidades e na formação das sociedades latino-americanas. Trata-se de um voraz epistemicídio. A gênese oitocentista do urbanismo com sua perspectiva higienista marginalizou populações estigmatizadas, sob a falsa neutralidade da técnica. Atuando como saber e controle, o urbanismo colabora para aprofundar a segregação socioespacial, que é igualmente, racial. Flagrantemente eurocentrado, ele tem ignorado o impacto do racismo nas principais decisões geopolíticas. Nesse contexto, raça, classe e gênero incidem simultaneamente para impor o lugar sociopolítico da pessoa negra, como já demonstrou Lélia Gonzalez desde os anos 1980. Partindo da sociologia das ausências de Boaventura de Souza Santos, esta palestra buscará, portanto, visibilizar a importância do conhecimento africano e afro-latino-americano na constituição das espacialidades urbanas da América Latina e Caribe.

A SOMBRAS DA CONFORMAÇÃO DA SERRA DE OURO PRETO-MG: dos riscos socioambientais ao não risco da autoconstrução

Rodrigo da Cunha Nogueira (CAU/UFOP)

Este trabalho pretende provocar o debate sobre a relação do lado invisibilizado da história da ocupação da Serra de Ouro Preto, Minas Gerais, sugerindo a necessidade de um outro olhar epistemológico. Para isso, utiliza-se o aporte teórico de pesquisadores decoloniais como Walter D. Mignolo, Aníbal Quijano e Enrique Dussel; e de pesquisadores locais, como Eduardo França Paiva e Eduardo Evangelista. A abordagem do tema parte do processo histórico de invisibilização e inferiorização dos povos africanos escravizados no período colonial brasileiro. Para isso, traça-se uma relação entre o não risco – ou seja, a falta do traço, do desenho técnico, do projeto arquitetônico e urbanístico – inerente à autoconstrução habitacional brasileira, e os riscos socioambientais presentes nas ocupações autoconstruídas em áreas de encosta onde moram, ordinariamente, a população mais vulnerabilizada de muitas das cidades brasileiras. Aborda-se, por fim, como os saberes construtivos trazidos e desenvolvidos pelos povos africanos podem significar um enfrentamento para os riscos socioambientais da Serra de Ouro Preto.

DESAFIOS SOCIOESPACIAIS DE COMUNIDADES NEGRAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA: duas experiências de assessoria técnica

Gabriel Rodrigues da Cunha (CAU UNILA)

Esta palestra pretende debater duas experiências de assessoria técnica ocorridas em parceria entre o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unila e comunidades negras na tríplice fronteira. A primeira experiência ocorreu no meio rural, numa comunidade quilombola, com a demanda de construção de seis moradias. A segunda experiência ocorreu no meio urbano, num terreiro de umbanda que necessitava realizar a regularização perante aos órgãos públicos. Cada uma a sua maneira, tais experiências apresentaram os desafios socioespaciais atuais de comunidades negras: a primeira relacionada ao acesso à moradia rural e à sustentabilidade econômica do quilombo; a segunda, enfrentando a incompatibilidade entre a legislação urbanística e as práticas socioespaciais tradicionais do terreiro. O racismo, nestes casos, manifestou-se por meio da invisibilidade das demandas socioespaciais destas áreas, o que nos remete à noção de colonialidade do poder, com base em Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo, promovendo a não existência e o não reconhecimento da diversidade – ou do pluriverso, nos termos de Arturo Escobar. Estas duas experiências ajudaram a repensar o papel da Assessoria Técnica como instrumento capaz de contribuir com o combate ao racismo das políticas habitacionais rurais e dos órgãos públicos urbanos de controle e fiscalização.